



BAYER S.A. e CONTROLADAS

São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Relatório da Administração - 2020

O Grupo Bayer apresentou um desempenho operacional sólido em 2020. "Nossa força operacional nestes tempos conturbados mostra quão resistentes são nossos negócios, mesmo durante a pandemia", disse Werner Baumann, CEO Global da Bayer, na quinta-feira durante a Conferência de Notícias Financeiras da empresa. "Também utilizamos o ano passado para estabelecer as bases para o crescimento futuro. Continuamos a impulsionar a transformação da nossa empresa, aperfeiçoamos nosso pipeline de produtos e investimos em novas tecnologias em todas as nossas unidades de negócios", disse Baumann. Em 2021, a Bayer espera alcançar um crescimento operacional sólido e rendimentos estáveis em moedas constantes. As vendas do grupo somaram 41,4 bilhões de euros, impactadas por efeitos cambiais negativos de 1,941 bilhões de euros (Fx & portfólio adj. [base ajustada de moeda e carteira] mais 0,6%)/LAJIDA antes de itens especiais nivela-se com o ano anterior em 11,461 bilhões de euros (menos 0,1%) - efeitos cambiais compensados pela rigorosa gestão de custos/Crop Science e Pharmaceuticals reportam negócios operacionais estáveis, Consumer Health vê forte crescimento/Lucros por ação de 6,39 euros (mais 0,2%)/Lucro por ação a menos 10,68 euros (2019: mais 4,17 euros), impactado por provisões judiciais e imparidades/ Dívida financeira líquida melhora em 11,8% para 30,041 bilhões de euros/Dividendo proposto de 2,00 euros por ação (2019: 2,80 euros)/Portfólio e capacidade de inovação fortalecidos/Perspectivas para 2021: movimento positivo e sólido crescimento operacional - ganhos estáveis em moedas constantes. **Setor de Consumer Health registra crescimento (Fx & portfólio adj.) em todas as regiões:** As vendas de produtos de cuidados pessoais (Saúde do Consumidor) apresentaram aumento em 5,2% (Fx & portfólio adj.) para 5,054 bilhões de euros. O desempenho da divisão estava à frente do mercado, com todas as regiões tendo reportado crescimento. O maior foco em saúde e prevenção em razão da pandemia da COVID-19 gerou um crescimento substancial na demanda, especialmente na categoria de Produtos Nutricionais, que viu as vendas avançarem em 22,6% (Fx & portfólio adj.). As vendas também tiveram aumento nas categorias Dor e Cardio, Dermatologia e Saúde Digestiva. Ao mesmo

tempo, o aumento das medidas de proteção e higiene levou a um declínio nas vendas de produtos para tosse e resfriados, com a categoria Alergia & Resfriado que sofreu um declínio de 4,1% (Fx & portfólio adj.). **Crop Science registra vendas mais altas (Fx & portfólio adj.) graças ao crescimento na América Latina e Ásia/Pacífico:** No negócio agrícola (Crop Science), a Bayer aumentou as vendas em 1,3% (Fx & portfólio adj.) para 18,840 bilhões de euros. Os negócios nas regiões da América Latina e Ásia/Pacífico contribuíram para o aumento, enquanto as quedas ocorreram particularmente na América do Norte. O crescimento das vendas foi particularmente forte no segmento de Fungicidas (Fx & portfólio adj. 8,5 por cento) e em Environmental Science (Fx & portfólio adj. 11,5 por cento), com esses negócios se expandindo em todas as regiões. **Pharmaceuticals registra crescimento nos lucros, apesar do declínio nas vendas:** As vendas de Produtos farmacêuticos sofreram uma redução de 1,5 por cento (Fx & portfólio adj.) para 17,243 bilhões de euros. A queda foi impulsionada pelas restrições globais impostas pela COVID-19, que, particularmente no primeiro semestre do ano, levou a uma redução do número de tratamentos não urgentes, especialmente para o setor de oftalmologia e saúde da mulher. A situação em consultórios médicos e hospitais começou a se normalizar em meados do ano. No segmento de radiologia, medidas de higiene mais rigorosas retardaram o processamento dos pacientes ao longo do ano, levando a um declínio nas vendas. Além disso, a implementação de novos procedimentos de licitação na China pesou fortemente nas vendas de Glucobay™ e Avelox™. **Sobre a Bayer:** A Bayer é uma empresa global focada em Ciências da Vida nas áreas de saúde e nutrição. Seus produtos e serviços são desenvolvidos para beneficiar pessoas apoiando-as para superar os maiores desafios apresentados pelo crescimento e envelhecimento populacional. Além disso, a companhia visa criar valor por meio da inovação e crescimento. A Bayer é comprometida com os princípios do desenvolvimento sustentável e a marca Bayer representa confiança, credibilidade e qualidade ao redor do mundo.

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)											
Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	69.684	228.227	309.558	354.251	Fornecedores		240.682	231.816	413.226	258.142
Contas a receber	6	5.046.915	4.414.653	5.156.239	4.414.653	Fornecedores - partes relacionadas	10	842.830	745.775	808.256	632.651
Contas a receber - Partes relacionadas	10	183.988	118.454	190.417	118.454	Empréstimos e financiamentos	15	188.930	207.768	188.930	207.768
Estoques	7	2.003.559	2.248.965	2.003.559	2.248.965	Empréstimos - partes relacionadas	10 e 15	1.864.287	1.810.866	1.864.287	1.810.866
Impostos a recuperar	8	42.125	195.663	47.782	196.111	Salários e encargos sociais		178.661	187.915	182.327	189.662
Instrumentos financeiros derivativos	24.3	34.805	36.604	34.805	36.604	Impostos, taxas e contribuições		92.238	120.798	93.161	121.221
Outros ativos		123.480	115.186	124.377	115.611	Provisões diversas	16	1.415.816	1.558.611	1.415.816	1.558.611
Ativo mantido para venda	11	10.550	137.658	10.550	137.658	Instrumentos financeiros derivativos	24.3	204.827	62.302	204.827	62.302
Total do ativo circulante		7.515.106	7.495.410	7.877.287	7.622.307	Receita diferida		-	-	192.899	191.627
Não Circulante						Outros passivos		214.062	154.571	214.780	156.926
Realizável a longo prazo:						Passivo diretamente associados aos ativos mantidos para a venda	11	-	42.586	-	42.586
Contas a receber	6	3.911	1.596	5.613	1.596	Total do passivo circulante		5.242.333	5.123.008	5.578.509	5.232.362
Impostos a recuperar	8	302.281	157.613	302.281	157.613	Não Circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	1.019.758	1.194.401	1.015.288	1.191.489	Empréstimos - partes relacionadas	10 e 15	325.382	830.000	325.382	830.000
Depósitos judiciais	17	140.605	137.048	140.605	137.048	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	144.032	107.835	144.032	107.835
		1.466.555	1.490.658	1.463.787	1.487.746	Provisão para assistência médica	18.b	347.585	376.118	347.585	376.118
Investimentos	12	37.437	24.701	14.241	11.067	Outros passivos		98.149	5.328	108.382	5.784
Imobilizado	13	600.655	584.680	606.380	584.800	Total do passivo não circulante		915.148	1.319.281	925.381	1.319.737
Intangível	14	14.509	15.563	24.510	17.964	Patrimônio Líquido	19				
Total do ativo não circulante		2.119.156	2.115.602	2.108.918	2.101.657	Capital social		1.633.002	1.633.002	1.633.002	1.633.002
						Reservas de lucros		1.843.779	1.535.721	1.843.779	1.535.721
						Total do patrimônio líquido		3.476.781	3.168.723	3.476.781	3.168.723
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	5.534	3.142
						Total do Passivo e Patrimônio Líquido		9.634.262	9.611.012	9.986.205	9.723.964

Total do Ativo

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)										
	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Subvenção para Investimentos	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros do exercício	Patrimônio líquido dos controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		1.633.002	170.578	-	968.278	-	-	2.771.858	-	2.771.858
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	595.577	595.577	1.125	596.702
Resultados abrangentes		-	-	-	-	(31.654)	-	(31.654)	-	(31.654)
Reserva legal		-	29.779	-	-	-	(29.779)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	10	-	-	-	(167.058)	-	-	(167.058)	-	(167.058)
Transferência para reserva de lucros		-	-	-	534.144	31.654	(565.798)	-	-	-
Aumento de participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	2.017	2.017
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		1.633.002	200.357	-	1.335.364	-	-	3.168.723	3.142	3.171.865
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	976.476	976.476	2.392	978.868
Resultados abrangentes		-	-	-	-	29.338	-	29.338	-	29.338
Reserva legal		-	48.824	-	-	-	(48.824)	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	10	-	-	-	(697.756)	-	-	(697.756)	-	(697.756)
Transferência para reserva de lucros		-	-	-	4.382	952.608	(29.338)	(927.652)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		1.633.002	249.181	-	4.382	1.590.216	-	3.476.781	5.534	3.482.315

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)					Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)						
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	2019	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais											
Lucro do exercício antes do imposto de renda incluindo operações descontinuadas		1.441.959	809.455	1.451.951	813.492	Operações Continuadas					
Ajustes ao lucro:						Receita Operacional Líquida	20	9.768.347	8.278.792	9.818.269	8.294.683
Depreciação e amortização	13 e 14	91.508	93.014	93.694	93.141	Custo dos Produtos Vendidos	21	(6.004.075)	(5.392.268)	(6.007.187)	(5.393.173)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(12.736)	(6.652)	(3.174)	(2.150)	Lucro Bruto		3.764.272	2.886.524	3.811.082	2.901.510
Resultado na venda de ativo imobilizado e intangível	13 e 14	9.843	15.100	9.843	15.100	Receitas (Despesas) Operacionais					
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	6	16.291	(105.801)	16.291	(105.801)	Com vendas	21	(1.511.442)	(1.415.345)	(1.528.306)	(1.420.021)
Ajuste a valor presente	6	(63.202)	(26.766)	(63.202)	(26.766)	Gerais e administrativas	21	(619.845)	(629.590)	(635.117)	(633.242)
Provisão para obsolescência dos estoques	7	26.187	52.379	26.187	52.379	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(155.853)	(22.477)	(155.551)	(22.477)
Provisão de passivos tributários, cíveis e trabalhistas	17	29.648	26.410	29.648	26.410	Resultado de equivalência patrimonial	12	12.736	6.652	3.174	2.150
Marcação a mercado de instrumentos financeiros		144.324	81.382	144.324	81.382	Despesas Operacionais, Líquidas		(2.274.404)	(2.060.760)	(2.315.800)	(2.073.590)
Custo da venda de ativos mantidos para venda - Animal Health	11	67.754	-	67.754	-	Lucro antes do Resultado Financeiro		1.489.868	825.764	1.495.282	827.920
Provisão para não reconhecimento de vendas no período	6 e 7	(26.195)	(29.533)	(26.195)	(29.533)	Resultado Financeiro					
Provisão para campanhas e incentivos de vendas	16	1.098.343	961.924	1.098.343	961.924	Receitas financeiras	22	271.914	449.055	276.703	450.986
Provisão para devolução de vendas	7 e 16	(80.034)	70.345	(80.034)	70.345	Despesas financeiras	22	(304.203)	(450.671)	(304.414)	(450.721)
Provisões para reestruturações, indenizações e outras provisões		37.970	16.777	40.577	16.777	Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		1.457.579	824.148	1.467.571	828.185
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	15	148.521	247.225	148.521	247.225	Imposto de Renda e Contribuição Social					
Juros e variações monetárias		55.711	41.090	55.788	41.090	Correntes	9.1	(306.347)	(153.045)	(312.389)	(153.045)
Variação de ativos e passivos:						Diferidos	9.1	(159.136)	(60.833)	(160.694)	(63.745)
Contas a receber		(596.417)	583.673	(712.600)	583.673	Operações Descontinuadas					
Estoques		(100.436)	(5.431)	(100.436)	(5.431)	Perda referente às Operações Descontinuadas	11	(15.620)	(14.693)	(15.620)	(14.693)
Depósitos judiciais	17	(8.918)	14.976	(8.918)	14.976	Lucro Líquido do Exercício		976.476	595.577	978.868	596.702
Impostos a recuperar		10.327	(66.590)	5.118	(67.038)	Lucro Atribuível a					
Outros ativos		(1.892)	1.201	(2.364)	777	Proprietários da controladora		976.476	595.577	976.476	595.577
Fornecedores e fornecedores partes relacionadas		85.334	(498.791)	309.338	(585.967)	Participações de acionistas não controladores em controlada		-	-	2.392	1.125
Salários e encargos sociais		(28.194)	(45.060)	(28.882)	(42.858)			976.476	595.577	978.868	596.702
Impostos a pagar		(13.007)	19.992	(12.534)	20.415						
Pagamentos associados a processos tributários, cíveis e trabalhistas	17	(10.771)	(9.124)	(10.771)	(9.124)						
Benefícios pagos a empregados	18	(15.121)	(15.884)	(15.121)	(15.884)						
Campanhas e incentivos de vendas		(826.856)	(1.016.341)	(1.034.494)	(937.330)						
Outros passivos	16	44.207	3.885	259.908	118.968						
Caixa gerado pelas atividades operacionais, antes do pagamento de juros		1.524.148	1.212.855	1.658.560	1.330.192						
Juros pagos	15	(161.508)	(249.146)	(161.508)	(249.146)						
Imposto de renda e contribuições sociais pagos		(321.900)	(104.197)	(327.915)	(104.197)						
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.040.740	859.512	1.169.137	976.849						
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento											
Aquisições de investimentos	12	-	(9.132)	-	-						
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	13, 14 e 27	(106.006)	(111.669)	(12							

→ continuação

BAYER S.A. E CONTROLADAS - São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

determinações das autoridades de saúde referente a segurança e continuidade de suas operações. Dentre as ações mais relevantes destacamos: • Instituição do trabalho a distância (home office) para todos os colaboradores; e • Instituição de um comitê de combate a crise que se reúne periodicamente visando a definição de estratégias e assertividade na tomada de decisões. Dentre os diversos riscos aos quais a Companhia poderia ter exposição, destacam-se o risco relacionado à recuperabilidade de ativos financeiros, do ativo imobilizado e intangível. **Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros:** A Companhia avaliou sua carteira de recebíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e não identificou evidências que pudessem impactar as estimativas de reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperadas. A Companhia permanece acompanhando o cenário e avaliando eventuais impactos que poderiam causar reflexo na mensuração do valor recuperável dos ativos financeiros. **Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado e intangível e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia avaliou a recuperabilidade de seus ativos, avaliando seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual impactado pela COVID-19 e não identificou a necessidade de provisão para perda nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria da Companhia em 28 de abril de 2021. **2. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e investimentos, que são mensurados pelo método da equivalência patrimonial, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. **2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas:** A controlada Rede Agro Fidelidade foi incluída nas demonstrações financeiras consolidadas. As demais controladas não foram incluídas por serem empresas dormentes e com investimentos imateriais. Contudo, os investimentos foram tratados pelo método de equivalência patrimonial no balanço da Controladora, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12. Os principais procedimentos de consolidação adotados pela Companhia são: (a) Soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil. (b) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, assim como as receitas e despesas das transações entre elas. (c) Eliminação dos saldos das contas de investimento nas controladas. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez e com risco insignificante de mudança em seu valor justo. Os investimentos de alta liquidez são valorizados com base no valor original, acrescido de juros incorridos até as datas dos balanços. **2.5. Ativos e passivos financeiros: 2.5.1. Ativos financeiros:** Classificação: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. **Custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes" e "Outros ativos". **Mensurados a valor justo por meio do resultado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido da variação do valor justo é reconhecido diretamente no resultado. Os ativos classificados nesta categoria são apenas os saldos de "Contas a receber vinculados à Cédula de Produtores Rurais". **Mensurados a valor justo por meio dos outros resultados abrangentes:** São inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, as variações no valor contábil desses ativos são reconhecidas no resultado ou em outros resultados abrangentes a depender de sua natureza. **Mensuração inicial:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Para o caixa e receber de clientes, o mesmo é avaliado inicialmente pelo valor presente e deduzidas da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa. **Mensuração subsequente:** Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será: (i) Custo amortizado: Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal recebido. (ii) Valor justo por meio do resultado: Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento da alteração de seu valor justo no resultado do período. (iii) Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes: As variações no valor contábil desses ativos decorrentes de ganhos ou perdas cambiais, ganhos ou perdas por redução ao valor recuperável, e receita de juros calculada usando o método da taxa de juros efetiva são reconhecidas no resultado. Todas as outras variações no valor contábil desses ativos são reconhecidas em outros resultados abrangentes. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, o CPC 48 requer um modelo de perdas de crédito esperadas que consiste na contabilização das perdas de crédito esperadas e as variações nessas perdas de crédito esperadas em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial dos ativos financeiros. **2.5.2. Passivos financeiros:** Classificação: Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são classificados como custo amortizado, representado por fornecedores e empréstimos e financiamentos, e valor justo pelo resultado por meio do resultado, representado pelos derivativos. **Reconhecimento inicial:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e fornecedores). **Mensuração subsequente:** Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será: (i) Custo amortizado: São contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde os pagamentos de caixa futuros estimados são descontados durante a vida estimada do passivo financeiro, para posterior alocação de caixa despesas de juros durante o período correspondente. (ii) Valor justo por meio do resultado: Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento da alteração do seu valor justo no resultado do período. **2.6. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição a riscos de preços de commodities agrícolas e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, opções e contratos de commodities a termo, além de swaps de moedas e commodities. A nota explicativa nº 24.3 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge". **2.7. Contabilização de "hedge"** A Companhia designa certos instrumentos de "hedge", incluindo derivativos, derivativos embutidos e não derivativos relacionados a risco com moeda estrangeira como "hedge" de valor justo ou "hedge" de fluxo de caixa. Os "hedges" para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes são contabilizados como "hedges" de fluxo de caixa. **2.7.1. "Hedges" de valor justo:** Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como "hedge" de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objeto de "hedge" atribuíveis ao risco protegido. As mudanças no valor justo dos instrumentos de "hedge" e no item objeto de "hedge" atribuível ao risco de "hedge" são reconhecidas na rubrica da demonstração do resultado relacionada ao item objeto de "hedge". A contabilização do "hedge" é descontinuada prospectivamente e cancelada a relação de "hedge", quando o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de "hedge". O ajuste ao valor justo do item objeto de "hedge", oriundo do risco de "hedge", é registrado no resultado a partir dessa data. **2.7.2. "Hedges" de fluxo de caixa:** A parcela efetiva das mudanças no valor justo de derivativos designados e qualificados como "hedge" de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos ou as perdas relacionadas à parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos no resultado. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de "hedge" afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. A contabilização de "hedge" é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de "hedge", o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de "hedge". Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumuladas e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. **2.8. Contas a receber de clientes:** Avaliadas inicialmente pelo valor justo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. O valor presente é calculado com base na taxa de juros SELIC. A quantificação do ajuste a valor presente para contas a receber e receitas de vendas é efetuada com base exponencial "pro rata" dia, sendo as apropriações dos juros reconhecidas na rubrica "Receitas financeiras". Contas a receber de clientes vinculados com certificados do produtor rural (Cédulas do Produtor Rural - CPRs) pela modalidade de barter pós-fixados são registrados à valor justo pelo resultado de acordo com o correspondente produto agrícola e condições contratadas. A Companhia contrata instrumentos de "hedge" para proteção para a oscilação dos preços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 24.3. Com relação a provisão para perdas de crédito, além da constituição de uma reserva para títulos a receber de clientes onde o credor não honrou sua obrigação e casos de cobrança jurídica (litigiosa), a Companhia também analisa o risco da expectativa futura de perda de títulos a vencer. A análise consiste no cálculo de um percentual de risco para 3 categorias de clientes (alto, médio e baixo risco). Tal percentual é calculado pela área de Finanças Corporativa do Grupo, sediada em Leverkusen Alemanha, e cada país recebe anualmente seus percentuais a serem adotados. A carteira de clientes por divisão é classificada por categoria de risco por sua respectiva área de crédito e cobrança, permitindo então que os percentuais sejam aplicados. Ao final, a provisão para liquidação de créditos duvidosos passa ser composta de dois grandes elementos: • "Incurred losses" (ou "perdas ocorridas") onde a Companhia classifica seus títulos entre renegociações vencidas e processos judiciais, sendo estes 100% provisionados. • Risco de perda futura de títulos a vencer, denominados de ECL ("expected credit loss" ou perda de crédito esperada) classificados entre baixo, médio ou alto risco. **2.9. Estoques:** Apresentados pelo menor valor entre o valor de custo ou valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição ou fabricação. O custo de fabricação compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos estimados necessários para efetuar a venda. Os materiais de suprimentos são registrados com base no custo de aquisição e baixados como custo da produção por ocasião do consumo ou da obsolescência. As importações em trânsito são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. Quando há incerteza sobre a realização dos estoques da Companhia, por obsolescência ou falta de mercado ativo, é constituída provisão para estoques que não apresentam possibilidades reais de comercialização. **2.10. Depósitos judiciais:** Apresentados no ativo não circulante pelo valor histórico atualizado monetariamente por juros e, nos casos

em que existam passivos ou provisões, o depósito correspondente é registrado como dedutor do saldo até a conclusão do respectivo processo judicial, conforme descrito na nota explicativa nº 17. **2.11. Investimentos em controladas e coligadas:** Os investimentos em empresas controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação implique em evidências de perda permanente ("impairment") do ativo transferido. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas companhias. Os detalhes das controladas e coligadas estão apresentados na nota explicativa nº 12. **2.12. Imobilizado:** Os itens do imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil dos bens, demonstrado na nota explicativa nº 13. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados periodicamente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os custos diretamente atribuíveis aos projetos e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados durante a fase de construção do ativo. Tais imobilizações são classificadas em categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não são depreciados. Os reparos e a manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.13. Ativos intangíveis: Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende concluir o software e usá-lo. • O software pode ser usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o software. • O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis são capitalizados como parte do produto de software. Critério similar é adotado para custos relacionados aos prestadores de serviços (consultores), em que somente os gastos de honorários aplicáveis ao desenvolvimento técnico são tratados como custos de capitalização do software. Os gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **Marcas e patentes:** As marcas e patentes são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada. **Ágio:** O ágio relacionado a aquisições anteriores a 31 de dezembro de 2007, registrado com base na expectativa de resultados futuros e com vida útil indefinida, foi amortizado no prazo de cinco anos até 31 de dezembro de 2008, conforme determinado pelo pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, cessando essa amortização a partir de 1º de janeiro de 2009. Anualmente, o saldo líquido do ágio é comparado com o valor líquido recuperável e, se for o caso, uma provisão para perdas é reconhecida. **2.14. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** Anualmente, ou à medida que surjam indícios de perda de valores em intervalos menores, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofrerem alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. Quando aplicável, a reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Com relação ao ágio, não é permitida a reversão do ajuste por perda após o seu registro. **2.15. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A moeda funcional definida pela Companhia para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o real (R\$), por refletir mais adequadamente o ambiente econômico de atuação da Companhia e de suas controladas. A moeda de apresentação também é o real (R\$). **2.16. Transações em moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da sua moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio para a moeda funcional vigentes na data de cada transação. Os itens monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes nas datas dos balanços, sendo as variações cambiais reconhecidas no resultado do período em que ocorrerem. Os itens não monetários adquiridos em moeda estrangeira têm seu custo histórico determinado na moeda funcional (real - R\$) com base na taxa vigente na data da aquisição. **2.17. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.17.1. Reestruturações:** A provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tiver um plano formal detalhado para a reestruturação e tiver criado uma expectativa válida nas partes afetadas de que irá realizar a reestruturação, começando a implantar esse plano ou anunciando suas principais características àqueles afetados por ela. A mensuração da provisão para reestruturação inclui somente os gastos diretos decorrentes da reestruturação, que correspondem aos valores necessariamente vinculados à reestruturação e os que não estiverem associados às atividades continuadas da Companhia. **2.18. Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. É constituída provisão para todos os riscos referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.19. Tributação:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos no resultado corrente, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quanto houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferido é reconhecido usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferido não é contabilizado se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.20. Incentivos Fiscais:** O ganho auferido por meio do desconto de saldo devedor do ICMS, conforme nota explicativa 19.c, relativo à subvenção para investimento, é registrado no resultado do exercício a crédito na rubrica "Deduções de venda", como redução aos impostos sobre vendas, sendo esse saldo destinado à rubrica "Subvenção para Investimentos", no patrimônio líquido, por ocasião do encerramento do exercício. **2.21. Benefícios a empregados: Obrigações de aposentadoria:** A Companhia oferece a seus empregados, tanto plano de benefício definido como de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais ou complementares para o caso onde o fundo não tenha ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios já contribuídos com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependentes diversos fatores como idade, tempo de serviço e remuneração. O plano de benefício definido foi oferecido aos colaboradores até junho de 2004 sendo hoje, portanto, um plano fechado (sem novos participantes). O montante reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e

continua →

☆ continuação

BAYER S.A. E CONTROLADAS - São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados em outros resultados abrangentes e transferida, subsequentemente, para reservas de lucros acumulados e não é reclassificada para o resultado. O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: (i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; (ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudança) ou cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela Companhia, no número de empregados cobertos por um plano); e (iii) qualquer ganho ou perda na liquidação ("settlement"). Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão privado de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. **Assistência médica pós-aposentadoria:** Até 31 de dezembro de 1998, a Companhia oferecia a seus funcionários o benefício de plano de saúde pós-aposentadoria. O benefício era concedido quando (i) o funcionário possuía mais de 55 anos de idade; e (ii) tinha cumprido com um período mínimo de dez anos de trabalho na Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se de uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados. Atualmente o plano se caracteriza como um plano fechado, isto é, sem novos participantes desde dezembro de 1998. **Participação nos lucros e bônus:** Uma conta passiva para benefícios de funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus, é reconhecida em "Salários e encargos sociais" quando não há alternativa realista a não ser liquidar o passivo e ao menos quando uma das seguintes condições é satisfeita: • Existe um plano formal e os valores a serem pagos são determinados antes da época de emissão das demonstrações financeiras. • A prática passada criou uma expectativa válida nos funcionários de que eles receberão bônus/participação nos lucros e o valor pode ser estimado confiavelmente antes da época de emissão das demonstrações financeiras. • A expectativa é de que as contas passivas de participação nos lucros e planos de bônus sejam liquidadas em até 12 meses e sejam medidas pelos valores que se espera que sejam quitadas. **2.22. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. Suas principais receitas são oriundas da venda de mercadorias, produtos e serviços, incluindo serviços associados a pontos de programa de fidelidade, que são reconhecidas conforme modelo de cinco etapas de reconhecimento de receita, a saber: (i) Identificação dos contratos com clientes. (ii) Identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos entre venda de produtos e concessão de pontos de programa de fidelidade. (iii) Determinação do preço da transação. (iv) Alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos, considerando os preços individuais das vendas dos produtos e dos pontos do programa de fidelidade que são gerenciados pela sua controlada Rede Agro Fidelidade. (v) Reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. **Receitas de "breakage":** A receita de "breakage" é reconhecida como receita de serviços e determinada com base em cálculo de pontos que apresentam alto potencial de expiração devido a não utilização das mesmas pelos participantes do programa. O cálculo é aplicado sobre os pontos emitidos no período corrente sobre os pontos acumulados do período de 36 meses, seguindo a política do programa que prevê o cancelamento dos pontos das contas dos clientes após este período. Eventos futuros podem alterar significativamente o perfil dos clientes e seu padrão histórico de resgate de pontos. Tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como o reconhecimento da receita de "breakage". A política do programa de pontos prevê o cancelamento de todos os pontos presentes nas contas dos clientes após 36 meses. **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando um componente de juros é identificado em relação a contas a receber específicas, a Companhia reduz o valor contábil para o valor presente, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subseqüentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. **2.23. Juros sobre capital próprio:** Os juros sobre o capital próprio pagos ou a pagar são registrados a débito da rubrica "Reservas de lucros", sendo retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%. **2.24. Operação descontinuada:** Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto das operações e que: • Representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações. • É parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações. • É uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo. **2.25. Reapresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram reapresentadas para reclassificação de transações entre partes relacionadas que afetaram a demonstração do resultado do exercício e para melhor apresentação dos saldos comparativos. Após reavaliação da essência econômica das transações, conforme detalhado abaixo, adquirida através do desenvolvimento e aprimoramento dos negócios de sua controlada Rede Agro Fidelidade e Intermediações S.A. A Companhia também está reapresentando as demais notas explicativas para benefícios de seus usuários. Conforme descrito na nota explicativa nº 12, a Rede Agro Fidelidade e Intermediações S.A. foi constituída em 19 de março de 2019, com o propósito de administrar programas de fidelidade e promover transações comerciais através de sua plataforma digital. As transações entre a Companhia e Rede Agro consistem, substancialmente, na transferência de pontos, relativos ao programa de fidelidade da Bayer, para a Rede Agro, pelos quais a Rede Agro recebe um percentual como remuneração pelo serviço prestado. Os saldos relativos à prestação de serviços da Rede Agro e à bonificação concedida aos clientes da Bayer, através de pontos de programa de fidelidade, foram classificados como Despesa com vendas nos saldos da controladora. Ao longo do exercício de 2020 a Companhia revisou a classificação de tais saldos, concluindo que os mesmos representavam uma redução da Receita Líquida nas demonstrações financeiras da Controladora e decidiu por reclassificá-los na demonstração do resultado do exercício. Importante destacar que tais ajustes não afetam os saldos consolidados de 2019, cujo conceito e classificação estavam adequados. Conseqüentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras compreendendo esse exercício de acordo com o previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, conforme abaixo: **Demonstração do resultado do exercício em 31 de dezembro de 2019:**

	Controladora		Valores
	Originalmente apresentado	Reclassificação reapresentados	
Receita operacional líquida	8.503.455	(224.663)	8.278.792
Custo dos produtos vendidos	(5.392.268)	-	(5.392.268)
Lucro bruto	3.111.187	-	2.886.524
Despesas com vendas	(1.640.008)	224.663	(1.415.345)
Despesas gerais e administrativas	(629.590)	-	(629.590)
Outras despesas operacionais, líquidas	(22.477)	-	(22.477)
Resultado de equivalência patrimonial	6.652	-	6.652
Lucro antes do resultado financeiro	825.764	-	825.764
Receitas financeiras	449.055	-	449.055

	Controladora		Valores
	Originalmente apresentado	Reclassificação reapresentados	
Despesas financeiras	(450.671)	-	(450.671)
Lucro antes do imposto de renda	824.148	-	824.148
Imposto de renda e contribuição social	(213.878)	-	(213.878)
Resultado das operações descontinuadas	(14.693)	-	(14.693)
Lucro líquido do exercício	595.577	-	595.577

3.1. Novos pronunciamentos aplicados pela primeira vez em 2020: As seguintes alterações aos pronunciamentos e interpretações foram aplicadas pela primeira vez em 1º de janeiro de 2020. As alterações não tiveram impacto material na posição financeira ou nos resultados das operações da Companhia.

Alterações aos pronunciamentos e interpretações	Descrição da alteração	Aplicação mandatória
Estrutura Conceitual	Alterações às Referências à Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	1º de janeiro de 2020
CPC 15	Alterações ao CPC 15: Combinação de Negócios: Definição de Negócio	1º de janeiro de 2020
CPC 48, CPC 38, CPC 40	Alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40: Redefinição do benchmark da taxa de juros	1º de janeiro de 2020
CPC 06 (R2)	Alteração ao CPC 06 (R2) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19	1º de janeiro de 2020
CPC 26 e CPC 23	Alteração ao CPC 26 e CPC 23: Definição de Materialidade	1º de janeiro de 2020

3.2. Pronunciamentos e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis: Os seguintes pronunciamentos e interpretações, novos e revisados, foram emitidos e ainda não eram aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Pronunciamentos e interpretações	Descrição do pronunciamento ou revisão	Aplicação mandatória
CPC 15	Alterações do CPC 15: Combinação de negócio: Referências à Estrutura Conceitual.	1º de janeiro de 2022
CPC 11	Alterações do CPC 11: Contrato de Seguros: Extensão da isenção temporária das aplicações do CPC 48	1º de janeiro de 2021
CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11, CPC 06 (R2)	Alterações do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11, CPC 06 (R2): Reavaliação do critério de taxa de juros (Fase 2)	1º de janeiro de 2021
CPC 50	Contrato de Seguros, incluindo as alterações da CPC 50	1º de janeiro de 2023
CPC 26	Alterações da CPC 26: Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	1º de janeiro de 2023
CPC 27	Alterações da CPC 27: Imobilizado: Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25	Alterações na CPC 25: Provisão para contingências ativas e passivas: Contratos onerosos - custo de cumprimento de contrato	1º de janeiro de 2022

Não são esperados impactos materiais com a adoção das referidas normas.

4. Principais Julgamentos Contábeis e Fontes de Incertezas nas Estimativas: Na aplicação das principais práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **4.1. Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O valor justo das CPRs (Cédulas de Produtor Rural) negociadas na modalidade pós fixado é apurado com base na cotação de mercado das respectivas commodities na data do balanço.

4.2. Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa: A Companhia avalia sua carteira de clientes anualmente. A avaliação é feita com base em perdas esperadas sobre toda a carteira de recebíveis, a qual compreende os valores que estão em processo judicial, renovação de títulos, e títulos vencidos e a vencer, constituída de forma suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos. **4.3. Provisão para devoluções de produtos:** A provisão para devoluções de vendas está substancialmente associada à divisão Crop Science. O saldo desta provisão objetiva o reconhecimento das devoluções futuras correspondentes ao ciclo operacional de venda ainda não encerrado. A provisão é determinada a partir do valor dos estoques nos canais de distribuição para o mês de dezembro aplicando-se um percentual médio histórico de devoluções. Os valores são reconhecidos trimestralmente baseados na evolução das vendas e revisados anualmente com base na metodologia mencionada. A utilização da provisão dá-se basicamente ao final do ciclo operacional de venda, mediante o recebimento das devoluções efetivas. **4.4. Reconhecimento de receitas:** A receita compreende o valor faturado pela venda de mercadorias e serviços. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando atende os cinco passos do CPC 47, líquida da expectativa de devolução incidente sobre o montante de venda, calculado em bases históricas e condições atuais de mercado. **4.5. Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a base tributária dos ativos e passivos e sobre prejuízos fiscais utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com orçamentos e planos de negócios. **4.6. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 17. É constituída provisão para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos externos. **4.7. Vida útil dos bens do imobilizado:** A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado periodicamente. No exercício corrente não houve alteração nas vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado. **4.8. Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração:** Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Nas datas dos balanços, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (a) seu valor justo menos os custos estimados de venda; ou (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivado pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Banco - conta movimento	69.676	148.918	70.283	148.920
Aplicações financeiras (i)	8	79.309	239.275	205.331
Total	69.684	228.227	309.558	354.251

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada são representadas por aplicações de liquidez imediata (fundos de renda fixa, Certificados de Depósitos Bancários - CDBs ou compromissadas), acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, remunerados a taxas que variam entre 76% e 86% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2020 (entre 70% e 85% do Certificado de Depósito Interbancário em 2019), podendo ser resgatadas a qualquer momento, por solicitação da Companhia,

sem modificação substancial de seus valores. (i) A controlada Rede Agro possui aplicação nos fundos de investimentos administrados pelo Banco Itaú S.A. no montante de R\$239.267. A instituição financeira é responsável pela custódia dos ativos integrantes da carteira do fundo e pela liquidação financeira de suas operações. Os fundos são compostos por títulos de renda fixa e foram remunerados à taxa média de 86% do CDI em 2020 e possui direito de resgate imediato. O saldo de aplicações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 era composto por aplicação financeira em certificado de depósito bancário (CDB) e foram remunerados a taxas que variam entre 70,0% e 84,8% do CDI. **Composição da carteira - Controlada Rede Agro:**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Operações compromissadas	78.979	-	78.979	-
Títulos de créditos privados (CCB e nota comercial)	66.079	-	66.079	-
Títulos públicos (letras financeiras)	53.276	-	53.276	-
Depósitos de prazo e outros títulos de IF	30.326	-	30.326	-
Cotas de fundos	10.484	-	10.484	-
Outros valores mobiliários	123	-	123	-
Total fundos de investimentos	239.267	-	239.267	-

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a receber de clientes	4.400.354	3.933.882	4.511.380	3.933.882
Contas a receber vinculadas à Cédula de Produtores Rurais (*)	1.570.211	1.586.589	1.570.211	1.586.589
Ajuste a valor presente	(35.925)	(99.127)	(35.925)	(99.127)
Provisão para não reconhecimento de vendas no período	(28.221)	(109.916)	(28.221)	(109.916)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(855.593)	(895.179)	(855.593)	(895.179)
Total	5.050.826	4.416.249	5.161.852	4.416.249
Circulante	5.046.915	4.414.653	5.156.239	4.414.653
Não circulante	3.911	1.596	5.613	1.596

(*) Uma das modalidades de operação comercial na qual a Companhia atua no mercado é a denominada "barter". Esta modalidade consiste na venda de produtos a um cliente mediante o recebimento do resultado da colheita do produtor (commodities agrícolas) em substituição ao pagamento efetivo de caixa. Esse recebimento de commodities pode ser tanto executado nas condições pós-fixadas, onde a Companhia define um preço para a commodity e, posteriormente, vende o volume acordado com o cliente para um comprador (contraparte), quanto pré-fixado, onde o cliente cede para a Companhia um contrato previamente firmado com um comprador (contraparte). Em dezembro de 2020 o valor de CPR pré-fixado é representado por R\$786.640 (R\$797.635 em 2019) e CPR pós-fixado por R\$783.571 (R\$788.954 em 2019). Uma vez que as operações de "barter" na modalidade pós-fixada envolvem negociações com commodities, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos como forma de se proteger das variações de preço destas commodities no mercado ("hedge"). As operações iniciais de venda são registradas como receita de vendas gerando um contas a receber correspondente. A operação de "barter" (que possui um trâmite documental e negocial mais longo), ao se concluir, deriva a substituição do Contas a Receber original por um Contas a Receber em espécie ("receivables in kind") da modalidade "barter". A classificação deste documento é um instrumento financeiro e é avaliado a valor justo por meio do resultado. O mesmo tratamento contábil é adotado para as respectivas operações de "hedge" dos preços das commodities agrícolas. **Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:**

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	895.179	1.045.605
Constituição (reversão) de provisão para perdas estimadas	(16.291)	(105.801)
Baixa de créditos incobráveis	(23.295)	(44.625)
Saldo no fim do exercício	855.593	895.179

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer	4.810.300	4.274.507	4.920.463	4.274.507
Vencidos:				
Até 90 dias	265.259	294.842	266.122	294.842
Entre 91 e 210 dias	69.420	41.137	69.420	41.137
Entre 211 e 360 dias	66.372	94.967	66.372	94.967
Acima de 360 dias	695.068	605.975	695.068	605.975
Total	5.906.419	5.311.428	6.017.445	5.311.428

7. Estoques:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Produtos acabados e mercadorias de revenda	1.070.857	984.410
Matérias-primas	482.866	578.845
Importações em trânsito	347.523	262.005
Materiais diversos	51.261	33.385
Produtos semielaborados	12.625	10.923
Provisão para não reconhecimento de vendas no período - custo dos estoques	15.262	70.762
Provisão para custo das devoluções de vendas (-) Provisão para perdas na realização dos estoques	(81.889)	(108.471)
Total	2.003.559	2.248.965

Movimentação da provisão para devolução de vendas:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	417.106	146.069
Adições (reversões) líquidas	(266.904)	285.523
Consumo da provisão	(45.148)	(14.486)
Saldo no fim do exercício	105.054	417.106

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	108.471	108.124
Provisão para perdas	26.187	52.379
Consumo da provisão por destruição	(52.769)	(52.032)
Saldo no fim do exercício	81.889	108.471

8. Impostos a Recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ICMS	174.378	102.390	174.378	102.390
Imposto de renda e contribuição social a compensar	139.916	196.527	143.736	196.527
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	6.659	1.914	6.659	1.914
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	642	2.659	1.773	2.659
Impostos a compensar (a)	22.811	49.786	23.517	50.234
Total	344.406	353.276	350.063	353.724
Circulante	42.125	195.663	47.782	196.111
Não circulante	302.281	157.613	302.281	157.613

(a) A Companhia obteve, durante o exercício de 2019, o trânsito em julgado referente a um de seus processos judiciais relacionados ao reconhecimento da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS. De acordo com levantamento realizado, o valor que a Companhia entendeu como juridicamente possível de recuperação é R\$233.135 (R\$229.524 em 2019). Todavia, considerando o envolvimento de diversos exercícios passados e aspectos técnicos relacionados à determinação desse crédito tributário, especialmente decorrentes de divergência do posicionamento do Fisco quanto à metodologia a ser considerada para cálculo do montante, a Companhia, junto a seus assessores jurídicos e tributários, entendeu pela provisão parcial dos valores potencialmente recuperáveis no montante de R\$216.242 (R\$212.792 em 2019). Diante disso, em 31 de dezembro de 2020, reconheceu o valor de R\$16.893 (R\$16.732 em 2019), por considerar que, nesse momento, este montante atendeu ao critério de virtualmente certo, conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **9. Imposto de Renda e Contribuição Social:** **9.1. Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, ajustado na forma legal. A alíquota combinada é 34%. De acordo com a atual legislação do imposto de renda, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não têm prazo para prescrição e sua utilização é limitada a 30% do saldo do lucro tributável anual. A reconciliação entre as despesas do imposto de renda e da contribuição social pelas alíquotas nominais e efetivas está demonstrada a seguir:

continua ☆

←*continuação

BAYER S.A. E CONTROLADAS - São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**21. Informação sobre a Natureza das Despesas Reconhecidas na Demonstração do Resultado:**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (reapresentado)	2020	2019
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados e industrialização	(5.833.131)	(5.278.549)	(5.833.131)	(5.278.549)
Custo com depreciação	(17.345)	(24.163)	(18.841)	(24.252)
Gastos com pessoal	(119.616)	(35.901)	(119.616)	(35.901)
Gastos com manutenção	(2.233)	(4.349)	(2.233)	(4.349)
Gastos com serviços	(22.049)	(45.681)	(23.665)	(46.497)
Demais gastos	(9.701)	(3.625)	(9.701)	(3.625)
Total do custo das vendas	(6.004.075)	(5.392.268)	(6.007.187)	(5.393.173)
Despesas com pessoal	(1.066.815)	(1.127.808)	(1.079.658)	(1.134.581)
Despesas com brindes, propaganda e marketing	(177.502)	(141.852)	(190.083)	(142.361)
Despesas com fretes	(145.948)	(140.913)	(145.948)	(140.913)
Despesas com serviços	(289.107)	(238.196)	(291.905)	(239.204)
Despesas com viagens e veículos	(18.259)	(37.078)	(18.259)	(37.078)
Depreciação e amortização	(74.163)	(68.851)	(78.077)	(68.889)
Despesas com manutenção	(37.442)	(38.085)	(37.442)	(38.085)
Despesas com contribuições, impostos e taxas	(61.666)	(56.091)	(61.666)	(56.091)
Despesas com seguros	(10.151)	(9.257)	(10.151)	(9.257)
Despesas com processos judiciais	(10.194)	(20.784)	(10.194)	(20.784)
Despesas com aluguéis e armazenagens	(59.030)	(58.607)	(59.030)	(58.607)
Despesa com simpósio, palestras e congressos	(50.004)	(71.922)	(50.004)	(71.922)
Despesa com meio ambiente	(26.936)	(22.291)	(26.936)	(22.291)
Ganhos com desinvestimentos	15.396	16.399	15.396	16.399
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(88.881)	(16.227)	(88.881)	(16.227)
Resultado de equivalência patrimonial	12.736	6.652	3.174	2.150
Outras despesas operacionais	(186.438)	(35.849)	(186.136)	(35.849)
Total das despesas com vendas, gerais, administrativas e outras, líquidas	(2.274.404)	(2.060.760)	(2.315.800)	(2.073.590)
Total do custo das vendas, despesas com vendas, gerais, administrativas e outras, líquidas	(8.278.479)	(7.453.028)	(8.322.987)	(7.466.763)

22. Resultado Financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras:				
Receitas de juros de aplicações e recebimentos em atraso	24.606	62.400	29.394	64.330
Receitas de juros sobre contas a receber - ajuste valor presente	146.241	249.889	146.241	249.889
Atualizações monetárias	(18.308)	83.490	(18.308)	83.490
	189.155	395.779	193.943	397.709
Despesas financeiras:				
Despesas de juros sobre empréstimos	(148.521)	(247.225)	(148.521)	(247.225)
Atualizações monetárias	(30.910)	(91.104)	(30.910)	(91.104)
Despesas com descontos concedidos	(15.890)	(18.147)	(15.890)	(18.147)
Outras despesas financeiras	(37.237)	(44.572)	(37.447)	(44.621)
	(232.558)	(401.048)	(232.768)	(401.097)
Resultados cambiais:				
Varição cambial ativa	75.704	53.027	75.705	53.028
Varição cambial passiva	(45.191)	(30.381)	(45.192)	(30.382)
	30.513	22.646	30.513	22.646
Resultado de operações financeiras com derivativos:				
Posição ativa	7.055	249	7.055	249
Posição passiva	(26.454)	(19.242)	(26.454)	(19.242)
	(19.399)	(18.993)	(19.399)	(18.993)
	(32.289)	(1.616)	(32.289)	(1.616)
Resultado financeiro, líquido				
			265	

23. Instrumentos Financeiros: 23.1. Categorias de instrumentos financeiros:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	69.684	228.227	309.558	354.251
Contas a receber de clientes	4.364.429	3.834.755	4.475.455	3.834.755
Contas a receber partes relacionadas	183.988	118.454	190.417	118.454
Outros ativos	123.480	115.186	123.380	115.610
Contas a receber de clientes (CPRs)	786.640	797.635	786.640	797.635
Valor justo:				
Contas a receber de clientes (CPRs)	783.571	788.954	783.571	788.954
Instrumentos financeiros derivativos	34.805	36.604	34.805	36.604
Passivos financeiros				
Custo amortizado:				
Fornecedores	240.682	231.816	413.227	258.142
Fornecedores - partes relacionadas	842.830	745.775	808.256	632.651
Empréstimos - partes relacionadas	2.189.669	2.640.866	2.189.669	2.640.866
Empréstimos e financiamentos	188.930	207.768	188.930	207.768
Valor justo:				
Instrumentos financeiros derivativos	204.827	62.302	204.827	62.302

Valor de mercado dos instrumentos financeiros: Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, excluindo-se aqueles com partes relacionadas, quando comparados com os valores eventualmente obtidos em sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, existem valores a receber de/a pagar a partes relacionadas que estão registrados de acordo com as condições acordadas entre as partes. **24. Gerenciamento de Risco:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia que usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela sua matriz. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. A matriz estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **24.1. Risco de mercado: a) Risco cambial:** A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos. A Administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As operações da Companhia que estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de "hedge", efetuadas sob a orientação da tesouraria da Companhia. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais futuras e de ativos e passivos reconhecidos, a Companhia usa contratos a termo negociados com os bancos locais. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da Companhia. A política de gestão de risco financeiro da Companhia é a de proteger 100% de sua exposição em moedas diferentes da moeda funcional. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	2020		Consolidado	
	Dólares norte-americanos	Reais	Dólares norte-americanos	Reais
	Ativo:			
Contas a receber - partes relacionadas	14.621	75.001	26.141	105.352
Contas a receber - vendas indexadas	24.794	128.831	108.776	438.377
Passivo:				
Fornecedores - partes relacionadas	(223)	(1.045)	(715)	(2.883)
Fornecedores	(623)	(2.914)	(3.762)	(15.165)
Exposição líquida	38.569	199.873	130.440	525.681

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira: A Companhia está exposta principalmente ao dólar norte-americano (US\$). A tabela a seguir detalha o impacto decorrente do aumento ou da redução de 10% no real (R\$) em relação ao dólar norte-americano (US\$). 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão na data do balanço para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui as contas apresentadas a seguir. Um número positivo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o real (R\$) é valorizado em 10% em relação à moeda em questão. Um número negativo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o real (R\$) é desvalorizado em 10% em relação à moeda em questão.

Ativo:

Contas a receber - partes relacionadas	7.500
Contas a receber - vendas indexadas	12.883

Passivo:

Fornecedores - partes relacionadas	(105)
Fornecedores	(291)
Resultado	19.987

b) Risco de taxa de juros: Durante 2020, a exposição ao risco de variação na taxa de juros dos ativos indexados ao CDI era de R\$8 e R\$239.275 (R\$79.309 e R\$205.331 em 2019), respectivamente na controladora e no consolidado e refere-se principalmente às aplicações financeiras, mencionadas na nota explicativa nº 5. Um aumento de 50% na taxa de juros vigente em 31 de dezembro de 2020 não geraria impacto significativo para a Companhia. Com relação aos empréstimos, parte substancial das contratações foram realizadas com partes relacionadas, com prazo médio de 190 a 720 dias e taxas prefixadas em reais. Além dos empréstimos, a Companhia tem crédito rural com algumas instituições financeiras, com o prazo de até 365 dias e taxas prefixadas. **c) Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais inadimplências das contas a receber. As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes segmentos e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, garantias de crédito são requeridas. **d) Risco de liquidez:** O risco da Companhia é não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descumprimento de prazos entre os recebimentos e pagamentos. O planejamento orçamentário é preparado pela área de Negócios. A tesouraria recebe as informações, consolida e projeta o fluxo de caixa para o período de 12 meses. A Companhia investe o excesso de caixa em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissados, sempre com liquidez diária, e com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **Tabela do risco de liquidez:** O valor contábil dos passivos financeiros não derivativos, mensurados pelo método do custo amortizado, e os correspondentes vencimentos estão demonstrados a seguir:

Diretoria
Marcos Audal Reginald Reichardt Ros - Presidente

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Bayer S.A.. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bayer S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Bayer S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos

no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Transações com partes relacionadas:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 10 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual informa que a Companhia mantém transações significativas com partes relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.25 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em decorrência dos ajustes descritos na referida nota explicativa, os valores correspondentes à demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 da controladora foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é

	2020			
	Controladora		Consolidado	
	Até Acima de 1 ano			
Fornecedores	240.682	-	414.453	-

Fornecedores - partes relacionadas	842.830	-	808.256	-
Empréstimos - partes relacionadas	1.864.287	325.382	1.864.287	325.382
Empréstimos e financiamentos	188.930	-	188.930	-

24.2. Gestão do risco de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir o aumento sustentável do valor da Companhia para benefício de seus acionistas mundiais através de boa liquidez e credibilidade. A busca por estes objetivos é representada pela manutenção do custo de capital, pela otimização de sua estrutura, aperfeiçoando seus fluxos de caixa bem como a gestão efetiva de toda a espécie de risco. A gestão do capital é uma função exercida pela matriz da Companhia, em sua sede em Leverkusen, na Alemanha, onde o capital é avaliado em um âmbito global. Agências comissionadas contratadas pela Companhia provêm indicadores para grau de risco financeiro, permitindo aos acionistas a avaliação da qualidade de crédito da Companhia. A estratégia mundial para gestão do capital da Companhia é baseada em alguns indicadores, especificamente para o indicador que compara o nível do fluxo de caixa e o endividamento - alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. A estratégia consiste em manter a Companhia dentro do quadrante de Nível "A" ("best in class rating") e a preservação da capacidade de liquidez financeira. Além da utilização dos ingressos de fluxos de caixa oriundos de sua atividade operacional, a matriz da Companhia implementou ainda sua estratégia de manutenção do capital fazendo uso de veículos tais como programa de venda de pacotes de ações, aumento de capital com base nas resoluções em suas reuniões anuais com acionistas, entre outros. **24.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil e no exterior, bem como na B3, "New York Board of Trade - NYBOT" e "Chicago Board of Trade - CBOT". As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo (mercado) desses instrumentos. A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta "Instrumentos financeiros derivativos", no balanço patrimonial, e a contrapartida no resultado é na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

	Valor nominal em 31/12/2020	Valor justo
Modalidade - moeda estrangeira		
"NDF - Exposure" - Compromissos de compra/venda	34.206	1.568
"NDF - Indexed Sales" - Compromissos de venda/compra	126.822	7.328
"NDF - CPRs" - Compromissos de venda/compra	236.407	12.172
"Commodities"		
CPR - Contas a receber	628.898	783.571
Contratos de futuros/opções - posição venda/compra	49.934	13.737
Total ativo	1.076.267	818.376
Modalidade - moeda estrangeira		
"NDF - Exposure" - Compromissos de compra/venda	25.851	(96)
"NDF - Indexed Sales" - Compromissos de venda/compra	10.787	(209)
"NDF - CPRs" - Compromissos de venda/compra	177.565	(2.056)
"Commodities"		
Contratos de futuros/opções - posição venda/compra	1.068.005	(202.466)
Total passivo	1.282.208	(204.827)

Valor justo dos instrumentos derivativos: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A depender das premissas utilizadas na mensuração, os instrumentos financeiros ao valor justo podem ser classificados em 3 níveis de hierarquia: • Nível 1 - Utiliza preços observáveis (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria. • Nível 2 - Utiliza preços observáveis em mercados ativos para instrumentos similares, preços observáveis para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais as premissas são observáveis. Todos os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão classificados nesta categoria. • Nível 3 - Instrumentos cujas premissas significativas não são observáveis. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria. **25. Garantias:** Existem garantias prestadas pela Companhia a terceiros, em montantes equivalentes às operações realizadas, relativas às seguintes operações:

	Controladora e Consolidado		
	2020	2019	
Crédito rural	Carta de fiança	188.930	207.768
	Carta de fiança/ Seguro garantia	1.065	1.760
Vendas/"Barter"			
Processos judiciais diversos	Carta de fiança	13.098	17.235
Processos judiciais diversos	Seguro garantia	1.211.885	993.871
Fornecimento de energia	Seguro garantia	6.701	2.485
Total		1.421.679	1.223.119

26. Cobertura de Seguros (Consolidado): A Companhia tem a política de manter apólices de seguros para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada. Considerando a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2020, cobertura de seguros contra riscos operacionais, estoques, bens do ativo permanente, lucros cessantes, entre outros no valor R\$3.194.543. **27. Informações Adicionais às Demonstrações dos Fluxos de Caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Valores a pagar a fornecedores referentes à aquisição de imobilizado	10.296	5.323	11.060	5.323

Contadora
Fabiana Novaes Silva dos Santos - CRC nº 1SP 214162/O-0

responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

continua →*

—☆ continuação

BAYER S.A. E CONTROLADAS - São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam

as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Fernando Augusto Lopes Silva

Contador

CRC nº 1 SP 250631/O-7

Deloitte.

Tejofran Empresa de Saneamento e Serviços Eireli

CNPJ/MF nº 61.288.437/0001-67

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado ao contrário)

Balanços Patrimoniais			Demonstração dos Resultados					
Ativo	2020	2019	2020	2019	2020	2019		
Circulante	219.035	146.568	Circulante	87.084	70.367	Receita bruta operacional	183.327	210.843
Caixa e equivalentes de caixa	1.332	1.592	Empréstimos e financiamentos	5.605	–	Venda de serviços	182.443	209.976
Contas a receber de clientes	28.479	30.470	Fornecedores	14.988	17.487	Venda de mercadorias	884	867
Estoques	6.003	6.374	Obrigações sociais	28.147	27.626	Deduções	(22.987)	(25.950)
Impostos a recuperar	21.723	14.304	Obrigações tributárias	15.981	10.722	Impostos incidentes	(22.037)	(25.316)
Partes relacionadas – mútuos	71.520	1.280	Partes relacionadas – mútuos	8.958	4.074	Devoluções e abatimentos	(950)	(635)
Empréstimos a receber	30.816	44.858	Consórcios – contas correntes	5.493	4.842	Receita líquida operacional	160.340	184.893
Despesas antecipadas	5.832	5.287	Outras contas a pagar	7.912	5.615	Custo dos serviços prestados	(141.061)	(160.478)
Consórcios – contas correntes	11.128	10.175	Não circulante	47.123	64.037	Lucro bruto operacional	19.279	24.415
Adiantamento a fornecedores	42.203	32.227	Empréstimos e financiamentos	2.675	7.770	(Despesas) outras receitas operacionais	(11.360)	(22.669)
Não circulante	270.115	343.608	Passivo fiscal diferido	527	520	Gerais e administrativas	(33.742)	(63.215)
Realizável a longo prazo	37.711	121.518	Impostos e contribuições a recolher	29.373	40.467	Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(3.082)	2.814
Depósitos e cauções	26.328	26.237	Partes relacionadas – mútuos	–	–	Outras receitas (despesas) líquidas	9.239	6.133
Ativo fiscal diferido	2.053	10.666	Provisão para contingências	14.549	15.134	Resultado de equivalência patrimonial	16.226	31.599
Partes relacionadas – mútuos	8.928	80.050	Outras contas a pagar	–	147	Lucro operacional antes dos tributos sobre o lucro	7.919	1.746
Outros créditos	402	4.565	Patrimônio líquido	354.943	355.772	Imposto de renda e contribuição social – corrente	–	(674)
Investimentos	220.228	209.800	Capital social	52.000	52.000	Imposto de renda e contribuição social – diferido	(8.748)	3.125
Imobilizado	11.124	11.188	Reservas de lucros	98.276	99.106	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(830)	4.197
Intangível	1.051	1.102	Adiantamento para futuro aumento de capital	204.666	204.666			
Total do ativo	489.150	490.176	Total do passivo e patrimônio líquido	489.150	490.176			

Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis

os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **f. Consórcio – contas correntes:** As operações realizadas com consórcios foram sintetizadas em contas no grupo de ativo e/ou passivo, de acordo com sua natureza e prazo de realização. Os valores encontram-se contabilizados líquidos entre ativos, decorrentes de aportes de capital e os resultados líquidos positivos (lucros) apurados pelos consórcios, proporcionais à participação da Empresa, e passivos, representados pelos resultados líquidos negativos (prejuízos) apurados pelos consórcios, também proporcionais à participação da Empresa. A classificação entre o curto e longo prazo respeitou o período de vigência dos consórcios e a expectativa dos administradores quanto ao recebimento e/ou liquidação dos valores em aberto. **g. Depósitos judiciais:** Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Empresa, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado. **h. Investimentos e outros investimentos:** Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. **i. Imobilizado:** Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados periodicamente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não estão sujeitos a depreciação. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil registrado na data da alienação, e são reconhecidos como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **j. Intangível:** Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Empresa e de suas controladas e que geram benefícios econômicos futuros. Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. **k. Redução ao valor recuperável:** O imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. **l. Contas a pagar a fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulante se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **m. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço. **n. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Empresa e de suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **o. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** A Sociedade não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **p. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSSL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados à alíquotas

Lucro (prejuízo) líquido do exercício (830) 4.197

Resultado abrangente total (830) 4.197

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Reserva		Total
	social de lucros	AFAC	
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	52.000	95.734	147.944 295.678
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	56.723	56.723
Lucro líquido do exercício	–	4.197	4.197
Distribuição de lucros	–	(825)	(825)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	52.000	99.106	204.666 355.772
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–
Prejuízo líquido do exercício	–	(830)	(830)
Distribuição de lucros	–	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	52.000	98.276	204.666 354.943

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2020	2019
Das atividades operacionais	(830)	4.197
Lucro (prejuízo) do exercício	(830)	4.197
Ajustes		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.748)	3.125
Depreciação e amortização	1.737	1.978
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(585)	4.075
Custo residual do ativo permanente baixado	265	210
Juros sobre empréstimos	838	3.780
Equivalência patrimonial	16.226	31.599
	8.903	48.963

(Aumento) diminuição nos ativos

Contas a receber de clientes	1.991	40.066
Estoques	372	1.346
Créditos diversos	14.042	(12.671)
Impostos a recuperar	(7.419)	(4.541)
Consórcios – contas correntes	(953)	(4.540)
Despesas antecipadas	(545)	(2.495)
Outras contas a receber	(5.904)	(8.080)
Partes relacionadas	882	6.450
Ativo fiscal diferido	8.613	(3.126)

Aumento (diminuição) nos passivos

Fornecedores	(2.499)	6.401
Obrigações trabalhistas e tributárias	(5.314)	(6.698)
Consórcios – contas correntes	651	4.437
Partes relacionadas	4.884	(19.740)
Contas a pagar e outros débitos	2.304	(14.135)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	20.008	31.635
Das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	1	(1.715)
Aumento do ativo intangível	–	2
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	(15.989)	(132.899)
Recebimentos de créditos com partes relacionadas	9.609	129.771
Dividendos recebidos	–	56.723
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicados) nas atividades de investimentos	(6.379)	51.882
Das atividades de financiamentos		
Empréstimos tomados	5.095	14.593
Pagamentos de empréstimos, incluindo juros	(5.153)	(17.787)
Empréstimos tomados de partes relacionadas	4.884	98.969
Pagamento de empréstimos de partes relacionadas	(13.621)	(179.583)
Pagamento de dividendos	–	(825)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(13.890)	(84.633)
(Diminuição) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(260)	(1.116)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.592	2.708
No fim do exercício	1.332	1.592
(Diminuição) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(260)	(1.116)

que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não-circulante. A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. **q. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos. **r. Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita compreende o valor presente das vendas, reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios significativos são transferidos ao comprador.

Diretoria

Marcos Marangão – Representante Legal – CPF/MF nº 130.242.098-40

Adriano Partal Calles – Contador CRC 1SP 240.131/O-6